



INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS
RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

Portaria SUDEPE nº N-056, de 20 de dezembro de 1984.

O Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca - SUDEPE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto no 73.632, de 13 de fevereiro de 1974, tendo em vista o disposto no art. 39 do Decreto-lei no 221, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta dos processos S/2211/69, S/6393/70, S/2126/83 e S/2740/84, resolve:

Art. 1º Permitir, nas regiões Sudeste e Sul, a pesca de camarão sete barbas (*Xiphopenaeus Kroyeri*), com a utilização de redes do tipo arrastão de porta, desde que tenham no máximo 12m (doze metros) de comprimento, na tralha superior (flutuadores), possuam malhagem mínima de 24mm (vinte e quatro milímetros), especialmente no ensacador, levando em consideração as áreas e épocas de pesca proibidas pela legislação em vigor.

§ 1º A permissão de que trata o caput deste artigo inclui o emprego de até duas redes por embarcação.

§ 2º Para efeito de mensuração, define-se o tamanho de malha como a medida tomada entre ângulo oposto da malha esticada.

Art. 2º O exercício da pesca, praticada em desacordo com as disposições constantes desta Portaria, constitui dano à fauna aquática de domínio público, nos termos do art. 71 do Decreto-lei no 221, de 28 de fevereiro de 1967.

Art. 3º Os infratores da presente Portaria ficarão sujeitos às sanções previstas no Decreto-lei no 221, de 28 de fevereiro de 1967, e demais legislação complementar, cabendo, especificamente, as penalidades estipuladas nos arts. 60, 56, 64 e 71 de referido diploma legal:

- a) apreensão dos equipamentos de pesca proibidos e do produto da pescaria e, bem assim, medidas tendentes à interdição da embarcação infratora pela autoridade competente, até o cumprimento das exigências legais; e
- b) cassação temporária das matrículas, licenças ou permissões concedidas pela SUDEPE.

§ 1º O pagamento da indenização de que trata o art. 2º será feito de acordo com a avaliação do respectivo dano, cabendo à autoridade julgadora estabelecê-la com base no valor venal do produto no mercado local.

§ 2º As penalidades aplicadas deverão ser comunicadas às Capitânicas dos Portos ou suas agências, com a solicitação de se fazer o respectivo lançamento nas Cadernetas de Inscrição e Registro (CIR) dos infratores.

Art. 4º O produto da pescaria apreendida em desacordo com o disposto nesta Portaria será vendido em leilão público, nos termos do que estabelece a Portaria SUDEPE no 8-N, de 12 de maio de 19805.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria SUDEPE no N-49, de 20 de outubro de 1983.

José Ubirajara Coelho de Souza Timm
Superintendente

(DOU de 26.12.84)